



Cira Arqueologia

N.º 5



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt

Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira





Cira Arqueologia

N.º 5



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

COORDENAÇÃO GERAL

Fátima Roque

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO

João Pimenta

TEXTOS

Alberto Mesquita, Ana Margarida Arruda, António Valongo, Carlos Pereira, Carolina Grilo, Cézer Santos, Cleia Detry, Elisa de Sousa, Henrique Mendes, João Pimenta, João Sequeira, José Pedro Henriques, Mário Longuinho Pereira, Nuno Mota, Rodrigo Banha da Silva, Rui Roberto de Almeida, Tânia Casimiro, Vasco Gil Mantas, Victor Filipe

REVISÃO

João Pimenta, Henrique Mendes

DESIGN E PAGINAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira DIMRP/SDPG
Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD-Rom | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

2016/2017

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183069X

Apresentação - Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	5
1	9
A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal) ELISA DE SOUSA, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	33
Serra de Santa Marina, Cáceres Viejo (Casas de Millán, Cáceres, Espanha). Un Sítio Paradigmático no contexto das Guerras Sertorianas CARLOS PEREIRA	
3	55
Os Cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos) MÁRIO LONGUINHO PEREIRA	
4	76
O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados VASCO GIL MANTAS	
5	86
A cerâmica comum da <i>villa</i> romana de Povos, Vila Franca de Xira CAROLINA GRILO E CÉZER SANTOS	
6	116
A Urbanística do Subúrbio Ocidental de <i>Felicias Iulia Olisipo</i> (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145 RODRIGO BANHA DA SILVA E ANTÓNIO VALONGO	
7	149
Apontamento crono-estratigráfico para a topografia histórica de <i>Olisipo</i>. A intervenção arqueológica na rua de São Mamede (Via Pública – 19), Santa Maria Maior, Lisboa NUNO MOTA, CAROLINA GRILO, RUI ROBERTO DE ALMEIDA E VICTOR FILIPE	
8	207
Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES E MIGUEL CORREIA	
9	238
Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum CLEIA DETRY E JOÃO PIMENTA	
10	260
Faiança Portuguesa dos Séculos XVI-XVIII recuperada no Tejo TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOÃO SEQUEIRA	
11	274
Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana dos Séculos XVI E XVII TÂNIA MANUEL CASIMIRO E JOSÉ PEDRO HENRIQUES	



Cirra Arqueologia

N.º 5

➤ O Miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados

VASCO GIL MANTAS UNIVERSIDADE DE COIMBRA /CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS

RESUMO

O miliário da Quinta de Santa Teresa, apesar de muito maltratado, permite retomar a discussão em torno da rede viária romana na área de *Ierabriga*, agora enriquecida pelas recentes descobertas no Monte dos Castelinhos.

Conservado numa propriedade particular, o miliário, dos finais do século III, sugere a existência de um segundo itinerário entre *Olisipo* e *Ierabriga*, suficientemente importante para receber uma balizagem completa.

ABSTRACT

The Quinta de Santa Teresa milestone, although badly treated, allows us to resume the discussion about the various Roman network in the area of *Ierabriga*, now enriched by the recent discoveries in Monte dos Castelinhos.

Preserved in a private property, the milestone, from the end of the third century, suggests the existence of a second route between *Olisipo* and *Ierabriga*, sufficiently important to receive a complete mileage marking.

A região ribatejana entre Lisboa e Santarém, pelas suas características naturais e pelo privilegiado enquadramento administrativo que conheceu na época romana, tutelada por uma colónia (*Scallabis*) e por um município romano (*Olisipo*), é incontestavelmente uma das mais ricas em vestígios do período em que Roma geriu a Hispânia. É certo que não abundam os grandes vestígios monumentais, tão procurados pelo turismo, não sem inconvenientes, mas abundam os testemunhos de uma intensa ocupação do território, com características vincadamente rurais. Relativamente pouco estudada até data não muito longínqua, o que transmitia uma imagem modesta, bastante afastada da realidade¹, parte deste vasto território conta agora com numerosos e importantes trabalhos de campo que vão recuperando o conhecimento de um passado de grande actividade e prosperidade². Para isso concorreram, além da reconhecida fertilidade dos campos ribatejanos, sublinhada pelos autores da Antiguidade e recordada encomiasticamente pelos islâmicos³, uma grande facilidade de comunicações terrestres e fluviais com o maior porto da Lusitânia, *Olisipo*, e com o grande centro viário que foi *Scallabis*.

Quase a meio da jornada por terra entre as duas cidades referidas situava-se a povoação de *Ierabriga*, sobre cujo estatuto na época romana persistem dúvidas, embora continuemos a considerá-la como uma aglomeração secundária dependente do município olisiponense, *mansio* situada a 30 milhas de *Olisipo* e a 32 de *Scallabis*, de acordo com as indicações do *Itinerário de Antonino*, a última das quais bastante discutível⁴. As recentes escavações no Monte dos Castelinhos contribuíram com novos dados para a questão um tanto obscura da origem da

povoação, cujo topónimo, de clara origem céltica, aconselha um local elevado⁵. Assim, parece possível que a povoação tenha sido transferida do local anterior, o Monte dos Castelinhos, para a área de Paredes / Sete Pedras, no século I. Cremos que a dinâmica viária própria da época romana terá influenciado, como em tantos outros casos conhecidos, a transferência da povoação, surgindo em consequência um *vicus* que terá preservado o topónimo.

Tivemos já oportunidade de abordar, com maior ou menor desenvolvimento, a temática da rede viária romana na área de *Ierabriga*. O traçado das estradas principais, em particular da estrada entre *Olisipo* e *Scallabis*, na verdade o primeiro troço da grande via de ligação *Olisipo-Abelterium-Emerita*, é relativamente fácil de delinear, não tanto pelos vestígios sobreviventes no terreno, raros⁶, mas sobretudo devido ao recurso à aerofoto-interpretação dos fotogramas do voo USAF 1958, cuja escala quase idêntica à da Carta Militar de Portugal (1/25000) facilita particularmente a análise do território. A simples comparação com fotogramas actuais permite avaliar sem dificuldade a razão da opção pela cobertura de 1958, sem desprezar, naturalmente, as formidáveis vantagens agora oferecidas pelas imagens de satélite, que permitem uma análise da evolução da paisagem, significativa na área que nos interessa.

Elemento essencial para o estudo da rede viária romana são os miliários, em primeiro lugar para a definição dos traçados principais⁷. Todavia, a sua repartição é muito desigual, como se verifica com facilidade no território português, onde se conhecem muitas dezenas a norte do Douro enquanto para todo o Algarve apenas se registou um destes monumentos (*IRCP* 660), e isto apesar de por lá passarem vias incluídas no *Itinerário de Antonino*. Os azares da reutilização ou da destruição podem alterar o cenário viário antigo, deixando-nos um vazio difícil de interpretar, mesmo considerando que a estradas secundárias, numerosas e mal conhecidas, nem sempre dispunham de uma balizagem regular. Como veremos, porém, a presença de miliários não é suficiente para esclarecer determinados problemas viários e de geografia antiga, tanto mais que quase sempre se encontram deslocados do seu local original de implantação, o que se tem prestado com frequência ao jogo das supostas localizações desta ou daquela povoação ou à defesa de valores diferentes para a milha romana⁸.

Entre *Olisipo* e *Scallabis* conta-se um total de nove miliários confirmados, incluindo o da Quinta de Santa Teresa, ainda que nem todos se conservem fisicamente. Reconheçamos que é pouco para este trajecto, mesmo que rectificado, mas não muito diferente da média de outras vias importantes, sobretudo em regiões de densa e continua ocupação humana como é esta área do vale do Tejo. É interessante verificar que a maioria destes miliários é relativamente tardia, com uma aparente ausência de monumentos viários do século I. Assim, temos miliários em Lisboa, Chelas, Loures (3), Alverca, Quinta do Bravo (Alenquer), Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e Santarém. Estas localizações correspondem *grosso modo* ao traçado geral da via, ainda que a falta de indicação das distâncias na maior parte deles dificulte uma maior precisão. FIG. 1

A zona de implantação de *Ierabriga* conta com dois miliários, o da Quinta de Santa Teresa e o muito conhecido da Quinta do Bravo (*CIL* II 4633). Este é um monumento de Adriano, de excelente gravação, infelizmente sem indicação miliária, datado de 135 e com a referência *Refecit*, confirmando a passagem da estrada, talvez recordada ainda nos microtopónimos Trajana e Triana, perto do local do achado, provavelmente denunciando outros marcos de *Traianus Hadrianus*. Recordamos aqui que no registo de entradas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde foi recolhido o miliário da Quinta do Bravo, consta a entrada de um segundo miliário, truncado⁹, onde apenas seria possível ler a indicação miliária, 32 milhas¹⁰, distância que o colocaria, correctamente a duas milhas para lá de *Ierabriga*. Por



Figura 1
Os nove miliários da
região entre *Olisipo* e
Scallabis.

outro lado, não cremos possível que a referência com a cota 47 no *Catálogo* de 1891, *Marco milliario da época de Trajano* (já partido); encontrou-se em Alemquer: oferecido pelo sr. José da Cunha Peixoto, refira um miliário distinto do que se achou na Quinta do Bravo¹¹, aliás oferecido ao Museu por José da Cunha Peixoto. A cota 3861 no *Catálogo* de 1891 refere um miliário de imperador difícil de precisar, sem indicação de distância: *Marco milliario da época do imperador Augusto*, achado em Alemquer: oferecido pelo socio sr. José da Cunha Peixoto¹². Seja como for, e por agora mantem-se a dúvida, estes miliários devem ser atribuídos a uma reforma da via pelo imperador Adriano.

A estação seguinte, *Scallabis*¹³, devido à distância excessiva que o *Itinerário* concede para o percurso a partir de *Ierabriga*, 32 milhas (48 quilómetros), suscita uma persistente e difícil questão. Se não quisermos optar por aceitar um trajecto de 26 milhas, presente no códice *Florentinus Laurentianus*¹⁴, como poderemos conciliar as 32 milhas com o percurso no terreno? Situando *Ierabriga* em Vila Franca de Xira ganharíamos espaço suficiente para resolver o problema¹⁵, mas daí resultaria um erro por defeito em relação ao caminho entre *Olisipo* e *Ierabriga*. A presença de miliários a norte do Tejo desvaloriza a possibilidade da indicação consagrada pela maioria dos códices e pela sua repetição em duas vias diferentes corresponder a um traçado alternativo pela margem esquerda, que existiu e cuja extensão corresponde *grosso modo* às 32 milhas em causa.

Creemos, apesar das dificuldades que esta solução apresenta, admitir que a distância maioritariamente indicada nos códices do *Itinerário* corresponda a um lapso, aliás dos mais vulgares, tanto mais que 26 ou 27 milhas são suficientes para cobrir o caminho até Paredes / Sete Pedras, localização que se acomoda com as distâncias indicadas nos miliários de Almoínhas e Alverca, este a cerca de 12 milhas de *Ierabriga*, considerando a distância de 30 milhas. Não é impossível, todavia, que a *mansio* original se situasse um pouco mais a sul, talvez perto do Monte dos Castelinhos, a exemplo do sucedido com *Castra Caecilia* e *Norba Caesarina* (Cáceres)¹⁶. Devemos sublinhar que a mancha constituída pela dispersão de vestígios de época romana é particularmente densa na área a nascente do Monte dos Castelinhos, reflectindo a passagem da estrada. Qualquer miliário que ficasse a norte de *Ierabriga* marcaria sempre distâncias superiores a 30 milhas, até a estrada tocar a fronteira com a colónia escalabitana, provavelmente na zona da Ribeira da Ota, a partir de onde se registariam miliários teoricamente indicando valores inferiores. Este aspecto é importante no caso do miliário da Quinta de Santa Teresa, como veremos, pois a distância que terá indicado dificilmente concorda com este traçado da via.

Antes de tratarmos especificamente do monumento da Quinta de Santa Teresa, julgamos necessário referir outro possível miliário no troço da via a sul de Paredes / Sete Pedras. Em carta de Fevereiro de 1987, o então director do Museu de Alenquer, João Gomes, comunicou-nos existir um miliário reutilizado num muro de uma quinta, o qual seria de Vespasiano. Infelizmente, apesar dos esforços para reencontrar a referida carta, de que sobrevive o envelope, tal não se concretizou ainda, resultando também infrutíferas as buscas efectuadas no arquivo do Museu Hipólito Cabaço¹⁷. Considerámos, apoiados apenas na memória, que o miliário se acharia numa propriedade algures na Barradinha, onde João Gomes escavou cerca de 1980. Ora, considerando que na Barradinha não há qualquer referência a miliários, não nos parece impossível que o monumento que João Gomes nos indicou, e que nunca visitámos por dificuldades várias¹⁸, se localize não muito longe da Quinta da Barrada, microtopónimo fácil de confundir com aquele que referimos acima.

Em buscas de última hora reencontrámos uma lista de miliários a fotografar para a nossa tese de doutoramento e lá deparámos, em quinto lugar a partir de Lisboa, com a seguinte anotação: *Alenquer. Quinta à direita da estrada para o Carregado. Vespasiano?* Embora pareça dever interpretar-se o sentido da estrada como Alenquer- Carregado, não é possível, na ausência de outros elementos de localização, garantir que assim seja, o que, aliás, não alteraria praticamente nada a reconstituição do traçado da via romana, que parece contar com mais um miliário à espera de reencontro na área entre Carregado e a Quinta das Sete Pedras. Um miliário dos Flávios num local relativamente perto do Monte dos Castelinhos pode reflectir trabalhos viários associados a alterações no povoamento pelos finais do século I, estabelecendo um lapso de tempo suficiente para que Adriano, mais de meio século depois, procedesse a trabalhos de manutenção ou rectificação da via.



Figura 2
O miliário da Quinta de Santa Teresa (foto João Pimenta).

Deixamos aqui a informação, esperando reencontrar a carta em falta, que publicaremos na primeira oportunidade através desta revista. A concretizar-se a hipótese de se tratar de um marco flaviano, ainda que não obrigatoriamente de Vespasiano, pouco representado na epigrafia viária da Lusitânia portuguesa, seria o mais antigo da estrada *Olisipo-Ierabriga-Scallabis*, não se repetindo ao longo de todo o itinerário *Olisipo-Bracara Augusta*. A referência a Vespasiano obriga a descurar a hipótese desta atribuição resultar da presença do gentílico *Flavius*, aliás vulgar na onomástica de imperadores do século IV, pois os governantes da dinastia flávia não o utilizam nas inscrições viárias, pelo menos na Hispânia, como se verifica através de alguns dos grandes levantamentos da epigrafia latina peninsular¹⁹. FIG. 2

A Quinta de Santa Teresa situa-se na freguesia de Alenquer, a cerca de um quilómetro da zona de Paredes / Sete Pedras, que lhe fica a nascente e na propriedade já se tinham registado outros vestígios romanos²⁰. O miliário, bastante maltratado, foi achado nos inícios dos anos oitenta do século passado durante o derrube de um anexo agrícola, oculto nos alicerces do edifício então demolido²¹. Em 1987 surgiu a primeira notícia sobre o monumento, uma simples referência sem qualquer proposta de interpretação²². Não queremos deixar de notar que a data é idêntica à da nossa correspondência com João Gomes, embora as circunstâncias do achado e a localização dos dois monumentos afastem a possibilidade de se tratar do mesmo miliário. O marco, tendencialmente cilíndrico e em calcário, encontra-se quebrado, com perda total da parte superior do campo epigráfico, onde se encontrava a identificação do imperador, assim como do texto à esquerda, acusando também acentuada erosão à direita, complicando sobremaneira a reconstituição do letreiro (Fig.2). Originalmente, considerando as linhas em falta, o miliário teria cerca de 1,10 / 1,20 m de altura, o que se coaduna com uma datação baixa. A preservação do monumento está garantida em excelentes condições na casa da quinta. Agradecemos muito cordialmente ao Senhor General Heitor Almendra, ilustre proprietário da Quinta de Santa Teresa, as facilidades concedidas para a análise do miliário, bem como o apoio do nosso colega e amigo Dr. João Pimenta, a quem devemos o convite para estudar o monumento.

Achado e paradeiro: Quinta de Santa Teresa, Alenquer.

Dimensões: 69 x 30

Campo epigráfico conservado: 32 x 20

[PONT(*ifex*)] MAX(*imus*) [...] / [TRIB(*unicia*)] POTE[ST(*ate*)] [...] / [P]AT(*er*).
PATR(*iae*) / [...] [PROC]ONS(*ul*) [...] / [XX]XV
[...] [Pontifice] Máximo [...] / revestido do Poder Tribunício [...] / Pai da Pátria / Pro-
cônsul *vel* Cônsul / 35 Milhas

Bibliografia e variantes

Melo, Guapo e Martins, 1987, p.284; Pimenta et alii, 2015, p.130

MAX / ...POT / ...ATPATR / ...NS / ...XV

Altura das letras: l.1: 5,24; l.2: 6,34 / 5,5; l.3:5,51 / 4,96; l.4: 5,5; l.5: 8. Espaços: e.1: ? ; e.2: 1; e.3: 1; e.4: 1; e.5: 37

Desenvolvemos a leitura possível nesta inscrição, admitindo a sua redacção em nominativo, na ausência de indícios do uso de outro caso, em especial o dativo. A epígrafe não permite identificar o imperador, uma vez que a titulação conservada é pouco significativa e totalmente desprovida de indicações cronológicas. Na l.4. reconstituímos a palavra Procônsul, sem deixar totalmente de lado a alternativa Cônsul. A titulação é frequente, embora a referência na l.3. ao título honorífico Pai da Pátria, cuja leitura não nos parece levantar dificuldades de maior, anteceda a indicação do exercício do proconsulado ou consulado. Tratando-se de um miliário relativamente tardio estes deslizes na boa ordenação dos textos são aceitáveis. Recordamos, por exemplo, que alguns miliários do Alentejo (*IRCP* 674, 677) e o miliário do tetrarca Maximiano, talvez de 292, achado em Tomar e hoje em Lisboa no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Fig.3), indicam igualmente o título Pai da Pátria antes da referência ao Proconsulado (*CIL* II 4960 = 6198)²³.

A paginação procurou alguma regularidade, sem grande resultado. Letra de tipo monumental, de dimensão variável e fraca qualidade. O *ductus* é vertical, descaindo as linhas para a direita. Os travessões do A são nítidos e a haste superior do T relativamente larga. O desenho do S é serpentiforme, particularmente distorcido, e a letra O tende para uma forma elíptica, notando-se uma provável forma reduzida na l.4. Vestígios de ápices numa ou noutra letra. Na l.3., a grafia do título Pai da Pátria é de menor dimensão, contrariamente ao destaque atribuído, como é de norma, à indicação da distância. Para esta, a paginação do texto sugere mais dois algarismos além dos que se conservaram. A grafia *Procons(ul)* ou *Cons(ul)*, embora pouco vulgar, ocorre no miliário de Tomar que já referimos, cuja epígrafe inclui os dois títulos. FIG.3

O tipo de letra sugere pontualmente maior antiguidade para o miliário da Quinta de Santa Teresa, mas cremos poder atribuí-lo a um imperador do século III, talvez mesmo a Maximiano, atendendo a algumas coincidências paleográficas e ao facto da maior parte dos miliários hispânicos deste tetrarca corresponderem a achados no território português. Aceitando que a distância indicada é de 35 milhas, o marco situar-se-ia para além das 30 milhas que o *Itinerário* concede ao caminho entre *Olisipo* e *Ierabriga*, o que nos sugere uma solução alternativa, pois é difícil a concordância deste valor com o traçado da estrada ao longo do Tejo e com a localização do achado.

Reconstituímos a indicação miliária como 35 milhas a partir da localização, quer da área de Paredes / Sete Pedras, quer da obscura referência a um miliário com a indicação 32 milhas achado num local ignorado, ainda que talvez da área de Alenquer. Se o marco da Quinta de Santa Teresa estivesse três milhas para além deste, a duas milhas de *Ierabriga*, ficaria muito longe do seu paradeiro actual e a mais de sete quilómetros da referida estação viária. Uma redução para 25 milhas, pois 15 milhas parece totalmente fora de questão, mesmo admitindo a presença da sigla MP antes dos numerais, dificilmente coincidiria com as *capita viarum* disponíveis na zona, *Olisipo* e *Scallabis*²⁴. Como as 35 milhas ultrapassam as distâncias admissíveis, quer a partir de Lisboa²⁵, quer a partir de Santarém, cremos que o miliário pertenceu a uma balizagem com início em *Olisipo*, mas que se situaria em via diferente da citada pelo *Itinerário*. Assim, propomos considerá-lo implantado num ramal da estrada entre *Olisipo* e *Conimbriga* sugerida por Plínio²⁶, a qual abandonaria em Dois Portos para, pela chamada Via Galega²⁷, ganhar a estação viária de *Ierabriga*, com este percurso a uns 54 quilómetros de *Olisipo* ou seja, 36 milhas romanas. Na ausência de novos dados, pensamos que esta possibilidade permite interpretar de forma lógica a distância de 35 milhas que cremos indicada no miliário da Quinta de Santa Teresa, implantado quase no final deste



Figura 3
O miliário de Maximiano, de Tomar, no Museu do Carmo (foto Delfim Ferreira).

deverticulum, na proximidade imediata de *Ierabriga*, o que concorda com a indicação de 10 milhas presente no miliário de Licínio achado em Almoínhas, Loures.

Devemos recordar também a possibilidade do traçado da estrada ter sofrido uma rectificação na época de Adriano, cujos trabalhos estão aqui bem documentados (Fig.4), tal como aconteceu no troço galaico do itinerário *Olisipo-Bracara*, exactamente por iniciativa de Adriano²⁸. Todavia, esta rectificação dificilmente alteraria de forma radical as distâncias relativas a *Ierabriga*, mesmo considerando que, em determinada altura, a estação viária ficaria um pouco a sul, perto do Monte dos Castelinhos. De tudo isto resulta clara a necessidade de prosseguir a prospecção arqueológica na região, onde, para além de todas as dúvidas ainda

subsistentes, se afirma a importância de *Ierabriga* como grande nó de comunicações, primeira *mansio* de três grandes itinerários²⁹, valorizada pelo fácil acesso ao Tejo, sem olvidar os caminhos secundários que daqui partiam, quer para ocidente, quer para terras transtaganas. O miliário da Quinta de Santa Teresa representa mais um contributo para o conhecimento desta rede viária, comprovando que mesmo as “migalhas de epigrafia romana”, como lhes chamava o Padre Martins Capela³⁰, são relevantes quando tratamos das coisas e dos homens de há quase dois milénios³¹. FIG. 4

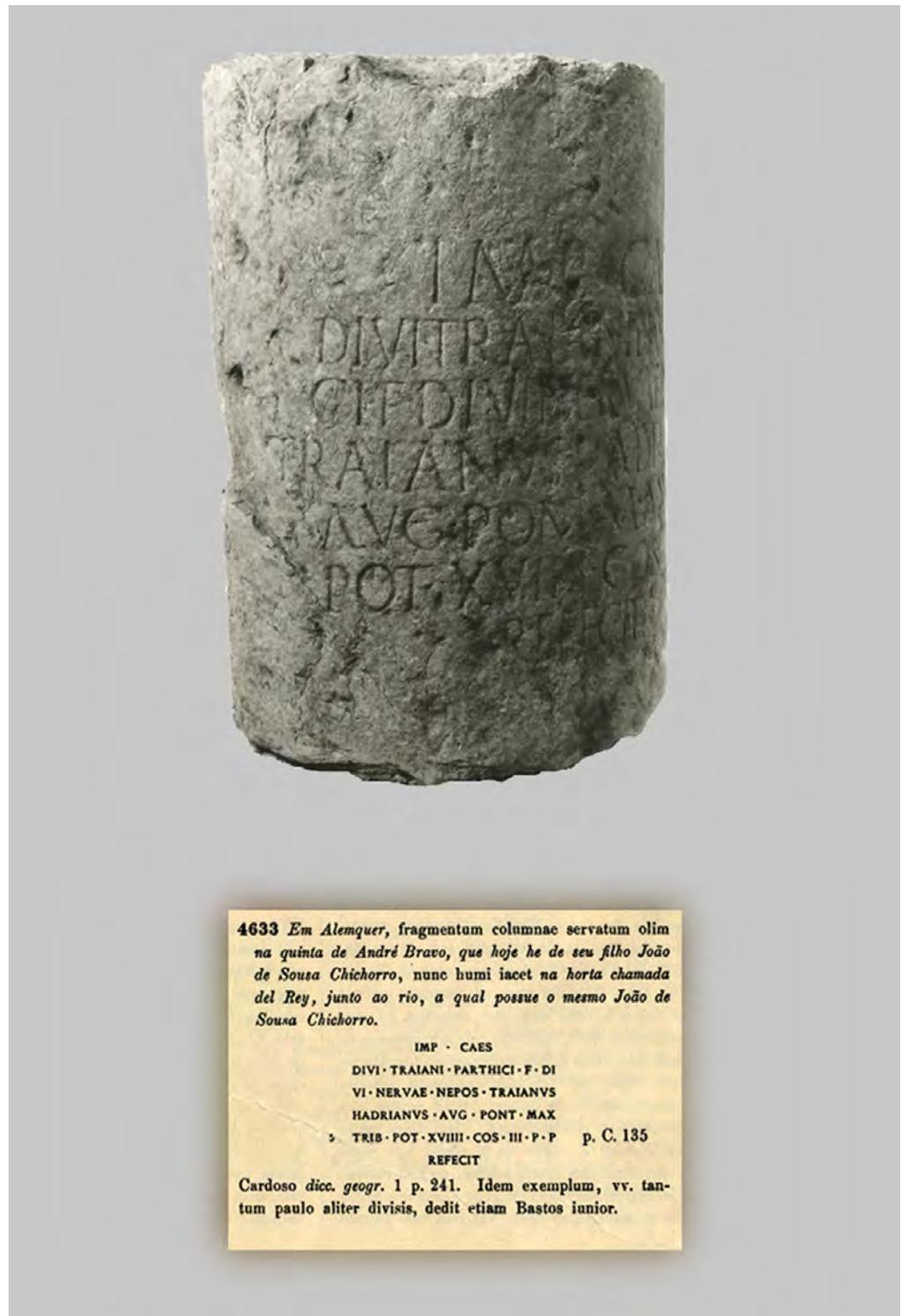


Figura 4
 O miliário de Adriano,
 da Quinta do Bravo
 (Museu do Carmo).

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV (1891) – *Catálogo do Museu de Arqueologia da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa.
- ALARCÃO, J (1988) – *Roman Portugal*. 2 (2). Warminster.
- Al-Himiari (1938) – *La Péninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab al-Rawd al-mitar* (trad. Levi Provençal). Leida.
- CALAIS, C. (coord.) (2014) – *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*. Coruche.
- CAPELA, M. M. (1895) – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*. Porto.
- CUNTZ, O. (1927) – *Itineraria Romana*. 1. Lipsia.
- DOMINGOS, J.; GOMES, J. (1994) – Objectos histórico-arqueológicos no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p.229-237.
- EDRISI (1968) – *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (trad. R. Dozy e M. J. de Goeje). Leida.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2010) – O miliário como documento. *Pallas*. N.º 82, p.385-394.
- FABIÃO, C. e PIMENTA, J. (coords.) (2014) – *Actas do Congresso Conquista e romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3.
- GARCÊS, T.; SOUSA, C. de (1927-1928) – Inscrições romanas do Museu do Carmo. *Arqueologia e História*. N.º 6, p.16-24.
- GUERRA, A. (1995-1997) – A respeito do nome de Vila Franca de Xira. *Boletim Cultural Cira*. N.º 7, p.155-167.
- ITINERARIUM ANTONINI AUGUSTI (ed. Wesseling) (1735) – *Vetera Romanorum Itineraria*. Amesterdão.
- MANTAS, V. (1996) – *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Policopiado.
- MANTAS, V. (2011) – *As vias romanas da Lusitânia*. *Studia Lusitana*. N.º 7. Museu Nacional de Arte Romano. Mérida.
- MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de Olisipo a Scallabis. *CIRA Arqueologia*. N.º 1, p. 7-23.
- MANTAS, V. (2012a) – Os miliários como fontes históricas e arqueológicas. *Humanitas*. N.º 64, p.139-169.
- MANTAS, V. (2015) – Os miliários de Adriano da via Bracara-Cale. *Portugália*. N.º 36, p. 231-248.
- MARTÍN DE CÁCERES, E. C. (2004) – La Vía de la Plata en Extremadura. Observaciones históricas y arqueológicas. *Las Comunicaciones en Lusitania Romana*. Madrid, p.191-194.
- MELO, A.; GUAPO, A.; MARTINS, J. (1987) – *O Concelho de Alenquer. Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*. 4. Alenquer.
- PIMENTA, J. (2012) – (coord.) *Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga*. CIRA Arqueologia. N.º 1.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PUERTA TORRES, C. (1996) – *Los miliários de la Vía de la Plata*. 1. Madrid. Dissertação de Doutoramento. Policopiado.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ ASOREY, R. (2004) – *Miliários e outras inscrições viárias romanas do noroeste hispânico*. Santiago de Compostela.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975) – *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Madrid.
- SAYAS ABENGOCHEA, J. (1985) – El caso de Norba Caesarina y sus contributas Castra Servilia e Castra Caecilia. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. N.º 21, p. 61-75.
- SANTOS, D. e PIMENTA, J. (coords.) (2013) – O Tejo, palco de interacção entre Indígenas e Fenícios. *CIRA Arqueologia*. N.º 2.
- SILLIÈRES, P. (1990) – *Les voies de communication de l'Hispanie Méridionale*. Paris. Diffusion de Boccard.

NOTAS

- ¹ Alarcão, 1988, p.110-123, mapa 5.
- ² Por exemplo: Pimenta, 2012; Santos e Pimenta, 2013; Fabião e Pimenta, 2014; Calais, 2014.
- ³ Al-Himiari, 1938, p.129; Edrisi, 1968, p.225-226.
- ⁴ Mantas, 2011, p.162-165, 176-177.
- ⁵ Pimenta, 2015.
- ⁶ Mantas, 2012, p.7-23.
- ⁷ Encarnação, 2010; Mantas, 2012a.
- ⁸ Roldán Hervás, 1975, p.32-34; Sillières, 1990, p.58-63.
- ⁹ Domingos e Gomes, 1994, p.232.
- ¹⁰ Garcês e Sousa, 1927-1928, p.22.

- ¹¹ AA.VV, 1891, p.5.
- ¹² AA.VV, 1891, p.112.
- ¹³ *Itinerarium Antonini Augusti*, 420.1; 421.2.
- ¹⁴ Trata-se de um manuscrito do século X: Cuntz, 1927 (R. *Florentinus Laurentianus* 89.67).
- ¹⁵ Guerra, 1995-1997, p.155-167.
- ¹⁶ Sayas Abengochea, 1985, p. 61-75; Martín de Cáceres, 2004, p.191-194.
- ¹⁷ Agradecemos cordialmente ao Dr. Filipe Rogeiro as buscas no fundo arquivístico do Museu.
- ¹⁸ Apesar de várias tentativas não foi possível obter autorização da proprietária da quinta para ver o marco. Como o tempo foi passando deixámos entretanto a questão em suspenso.
- ¹⁹ Sillières, p. 168; Puerta Torres, 1996, p.159; Rodríguez Colmenero, et Al., 2004, p.772-774.
- ²⁰ Melo, et Al., 1987, p.284.
- ²¹ Segundo informação do Snr. General Heitor Almendra ao Dr. João Pimenta.
- ²² Melo, Guapo e Martins, p.284.
- ²³ Algumas das peculiaridades do texto foram rapidamente notadas: AA.VV, *Catálogo*, p.4, 123; Mantas, 1996, p.304-308.
- ²⁴ É certo que a indicação de 25 milhas, mesmo considerando uma possível deslocação do marco, reforçaria significativamente a veracidade da indicação do códice *Florentinus Laurentianus*.
- ²⁵ A não ser que o consideremos trazido de um local bastante afastado do seu paradeiro actual, eventualmente na área de fronteira do território olisiponense com o escalabitano.
- ²⁶ Plínio-o-Velho, *N.H.* 4.113.
- ²⁷ Entre Moncova e Calçada este eixo viário serve de limite aos concelhos de Torres Vedras e de Alenquer, a norte, e de Sobral de Monte Agraço, a sul, circunstância que reflecte a sua antiguidade. O hodónimo Dois Portos reflecte a junção das duas estradas. Este lugar conta com importantes vestígios romanos, nomeadamente inscrições de uma família de magistrados olisiponenses (*CIL* II 187, 284).
- ²⁸ Mantas, 2015, p.231-248.
- ²⁹ Roldán Hervás, p.35, 65-68.
- ³⁰ Martins Capela, 1895, p.245.
- ³¹ Referências abreviadas no texto: *CIL* = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim; *IRCP* = *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo, em especial o desenho do mapa. Um reconhecimento especial ao Dr. João Pimenta pelo convite para estudar este monumento.